



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXÂNIA**

**Processo nº: 1861/2022**

**Concorrência Pública nº: 001/2022**

**Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de galerias de águas pluviais, terraplanagem, pavimentação e sinalização de vias, no Setor Geraldo Jaime, no Município de Alexânia/GO**

### **PARECER JURÍDICO**

Trata-se de recurso interposto, tempestivamente, pela licitante EXCON PRÉ MOLDADOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 28.948.540/0001-10, contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação que a inabilitou na licitação em epígrafe, no dia 20 de junho de 2022, interposto com fulcro no art. 109, inciso I, letra “a”, da Lei nº. 8.666/93.

#### **1. BREVE RELATO DOS FATOS PROCESSUAIS**

A Recorrente em suas razões recursais, alegou em síntese que:

“4 Desse modo, não encontra guarida no Edital ou na Lei 8.666/93 a inabilitação da Recorrente no processo licitatório em exame, eis que tal proposta atende aos requisitos legais pertinente, aplicando-se lhe a doutrina e jurisprudência citadas, eis que a proposta da recorrente atende ao anseio públicos e é indiscutivelmente vantajosa para a administração.

5. A nobre e douta Comissão “data vênua”, agiu com rigorismo excessivo com interpretação equivocada dos atestados, não tendo considerado o demonstrado no item 2 da presente peça no julgamento da proposta apresentada pela Recorrente, contrariando: o Edital, a Lei, inclusive, decisões judiciais a respeito do assunto.”

É o breve relato. Passo a opinar.

#### **2. DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXÂNIA**

A Constituição da República Federativa do Brasil determina em seu art. 37 que a administração pública obedeça aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput). Explicita a necessidade de observância desses princípios ao exigir que as obras, serviços, compras e alienações sejam contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições entre todos os concorrentes (art. 37, inciso XXI).

Nesse sentido, veio a legislação regulamentadora (Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002), que dentre as principais garantias, trouxe a obrigatoriedade da vinculação da Administração ao edital que regulamenta o certame licitatório.

Trata-se de uma segurança para o licitante e para a Administração Pública, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação.

Passemos a análise dos pontos rebatidos no recurso da licitante.

### **2.1. Exigência de apresentação de guia de recolhimento de garantia de participação na licitação, correspondente a aproximadamente a 1% do valor estimado da obra, devendo ser recolhido na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Alexânia**

O item 6.1.1.4. do edital traz a documentação exigida para fins de qualificação econômico-financeira, vejamos:

#### **6.1.1.4. Qualificação Econômico-Financeira:**

6.1.1.4.1. Para fins de Qualificação Econômico-Financeira será exigida:

6.1.1.4.2. Certidão Negativa de Falência expedida pelo Distribuidor da sede da Licitante, em data não anterior a 30 (trinta) dias da data da entrega das propostas, salvo previsão expressa de prazo de validade.

6.1.1.4.3. Guia de recolhimento de garantia de participação na licitação no valor de R\$ 89.717,61 (oitenta e nove mil, setecentos e dezessete reais e sessenta e um centavos) que corresponde aproximadamente a 1% do valor estimado da obra, devendo ser recolhido na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Alexânia/GO.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXÂNIA

6.1.1.4.3.1. A licitante poderá optar por uma das seguintes modalidades para recolher a garantia prevista no item anterior, conforme art. 51, §1º, da Lei nº 8.666/93:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia; ou
- c) Fiança bancária.

A Recorrente aduz que a exigência da comprovação da prestação de garantia antes da sessão pública do certame seria ilegal, por se tratar de excesso de formalismo, o que seria o caso nesse certame licitatório, já que o município exigiu a apresentação da garantia junto a tesouraria municipal.

Infere-se, pela análise dos autos, que a Recorrente foi inabilitada no certame por não apresentar a guia de recolhimento de garantia de participação na licitação, correspondente a aproximadamente a 1% do valor estimado da obra, recolhida na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Alexânia.

Pois bem.

A licitante não apresentou documento específico exigido na fase de habilitação, não havendo que se falar em exigência ilegal, ao contrário do que quer fazer crer a Recorrente, já que a própria Lei de Licitações, em seu art. 43, I leciona que “a garantia da proposta, obrigatoriamente, **deve ser um documento inserido dentro do envelope de habilitação**, o qual só pode ser conhecido após a abertura do referido envelope.”

A exigência de comprovante emitido pela tesouraria municipal não perfaz ilegalidade, já que comprovar documentalmente a prestação de garantia não se confunde com a ação de recolhimento da mesma, conforme infere-se do Acórdão nº 557/2010 - Plenário do Tribunal de Contas da União que analisou questão idêntica, vejamos:

### **Momento adequado para o recolhimento da garantia de participação na licitação**

Em seu voto, o relator acompanhou a manifestação do Ministério Público junto ao TCU, que considerou não haver ilegalidade no edital-padrão do Dnit, uma vez que, para os licitantes serem capazes de comprovar o recolhimento da garantia, faz-se necessário que, antecipadamente, adotem as medidas pertinentes para viabilizar, junto a uma agência bancária ou entidade financeira, consoante a modalidade da





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXÂNIA

garantia, o recolhimento dos respectivos valores. De acordo com o Parquet, esse recolhimento “não se confunde com o ato de comprovar documentalmente a prestação de garantia. O que a Lei impõe é que essa prova seja inserida nos documentos relativos à habilitação e não que a ação de recolhimento ocorra durante aquele momento. Interessante observar que o próprio artigo 31 evidencia esse entendimento quando se refere à garantia de participação como um documento”. Acórdão nº 557/2010-Plenário, TC-013.864/2009-2, rel. Min. Raimundo Carreiro, 24.03.2010.

Além disso, a exigência de apresentação da documentação não ocorre antes da sessão pública do certame, e mesmo que ocorresse não haveria ilegalidade, já que estipular prazo para apresentação do comprovante de garantia da proposta é medida legal, desde que seja aceito a apresentação do comprovante até a data do certame.

Ressalta-se que licitante em momento algum buscou recolher a garantia exigida no edital na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Alexânia-GO.

Dessa forma, o argumento da Recorrente quanto a tal ponto não merece prosperar, pois segundo o artigo 43, I da Lei nº 8.666/93 e Acórdão nº 557/2010 - Plenário do Tribunal de Contas da União, tal exigência é legal.

### 3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, pelos argumentos acima expostos e pelo cotejo analítico dos documentos acostados aos autos, opinamos pelo desprovimento do recurso interposto pela empresa EXCON PRÉ MOLDADOS EIRELI, com a consequente manutenção da decisão da Ilustríssima Sra. Pregoeira.

É o parecer.

Alexânia, 15 de julho de 2022.

**BIANCA DE AMORIM TIMÓTEO**

OAB/GO nº 46.114

**PHILLIP AIRES CARDOSO**

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE ALEXÂNIA-GO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXÂNIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SMA**  
**Comissão Permanente de Licitações – CPL**

**DECISÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022**

**Processo nº: 1861/2022**

**Concorrência Pública nº: 001/2022**

**Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de galerias de águas pluviais, terraplanagem, pavimentação e sinalização de vias, no Setor Geraldo Jaime, no Município de Alexânia/GO**

Trata-se de recurso interposto, tempestivamente, pela licitante EXCON PRÉ MOLDADOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 28.948.540/0001-10, contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação que a inabilitou na licitação em epígrafe, no dia 20 de junho de 2022, interposto com fulcro no art. 109, inciso I, letra “a”, da Lei nº. 8.666/93.

**I) DAS PRELIMINARES**

Em sede de admissibilidade recursal, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação, pedido de nova decisão e tempestividade.

**II) DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE**

Em síntese, a Recorrente alega que a decisão de sua inabilitação não deve prosperar, pois a exigência editalícia do item 6.1.1.4 foi atendida, pois a recorrente poderia optar pela modalidade de garantia a ser apresentada, sendo que no caso optou pela recolhimento por seguro-garantia, tendo apresentado apólice de garantia digital da seguradora Junto Seguros, Guia de Recolhimento (boleto) e comprovante de pagamento da guia, razão pela qual a decisão de inabilitação deveria ser revista.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXÂNIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SMA**  
**Comissão Permanente de Licitações – CPL**

**III) DO PEDIDO DA RECORRENTE**

Requer seja dado provimento ao recurso, a fim de que seja revista a decisão de inabilitação.

**IV) DAS CONTRARRAZÕES**

Não houve apresentação de contrarrazões.

**V) DA ANÁLISE DO RECURSO**

Inicialmente, cabe destacar que o recurso apresentado cinge-se à discordância da Recorrente em relação à decisão da Comissão Permanente de Licitação - CPL que a inabilitou.

Interpostas as razões, assegurou-se aos demais licitantes oportunidade para apresentação de contrarrazões recursais. Ato contínuo, o processo foi encaminhado à Assessoria Jurídica para emissão de parecer, no qual ficou consignado o seguinte:

**1. “DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

A Constituição da República Federativa do Brasil determina em seu art. 37 que a administração pública obedeça aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput). Explicita a necessidade de observância desses princípios ao exigir que as obras, serviços, compras e alienações sejam contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições entre todos os concorrentes (art. 37, inciso XXI).

Nesse sentido, veio a legislação regulamentadora (Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002), que dentre as principais garantias, trouxe a obrigatoriedade da vinculação da Administração ao edital que regulamenta o certame licitatório.

Trata-se de uma segurança para o licitante e para a Administração Pública, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação.

Passemos a análise dos pontos debatidos no recurso da licitante.

**1.1. Exigência de apresentação de guia de recolhimento de garantia de participação na licitação, correspondente a aproximadamente a 1% do valor estimado da obra, devendo ser recolhido na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Alexânia**

*Fantos*  
*Q.*  
*CS.*





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXÂNIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SMA**  
**Comissão Permanente de Licitações – CPL**

O item 6.1.1.4. do edital traz a documentação exigida para fins de qualificação econômico-financeira, vejamos:

6.1.1.4. Qualificação Econômico-Financeira:

6.1.1.4.1. Para fins de Qualificação Econômico-Financeira será exigida:

6.1.1.4.2. Certidão Negativa de Falência expedida pelo Distribuidor da sede da Licitante, em data não anterior a 30 (trinta) dias da data da entrega das propostas, salvo previsão expressa de prazo de validade.

6.1.1.4.3. Guia de recolhimento de garantia de participação na licitação no valor de R\$ 89.717,61 (oitenta e nove mil, setecentos e dezessete reais e sessenta e um centavos) que corresponde aproximadamente a 1% do valor estimado da obra, devendo ser recolhido na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Alexânia/GO.

6.1.1.4.3.1. A licitante poderá optar por uma das seguintes modalidades para recolher a garantia prevista no item anterior, conforme art. 51, §1º, da Lei nº 8.666/93:

a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

b) Seguro-garantia; ou

c) Fiança bancária.

A Recorrente aduz que a exigência da comprovação da prestação de garantia antes da sessão pública do certame seria ilegal, por se tratar de excesso de formalismo, o que seria o caso nesse certame licitatório, já que o município exigiu a apresentação da garantia junto a tesouraria municipal.

Inferre-se, pela análise dos autos, que a Recorrente foi inabilitada no certame por não apresentar a guia de recolhimento de garantia de participação na licitação, correspondente a aproximadamente a 1% do valor estimado da obra, recolhida na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Alexânia.

Pois bem.

A licitante não apresentou documento específico exigido na fase de habilitação, não havendo que se falar em exigência ilegal, ao contrário do que quer fazer crer a Recorrente, já que a própria Lei de Licitações, em seu art. 43, I leciona que “a garantia da proposta, obrigatoriamente, **deve ser um documento inserido dentro do envelope de habilitação**, o qual só pode ser conhecido após a abertura do referido envelope.”

A exigência de comprovante emitido pela tesouraria municipal não perfaz ilegalidade, já que comprovar documentalmente a prestação de garantia não se confunde com a ação de recolhimento da mesma, conforme infere-se do Acórdão nº 557/2010 - Plenário do Tribunal de Contas da União que analisou questão idêntica, vejamos:

**Momento adequado para o recolhimento da garantia de participação na licitação**

Em seu voto, o relator acompanhou a manifestação do Ministério Público junto ao TCU, que considerou não haver ilegalidade no edital-padrão do Dnit, uma vez que, para os licitantes serem capazes de comprovar o recolhimento da garantia, faz-se necessário que, antecipadamente, adotem as medidas pertinentes para viabilizar, junto a uma agência bancária ou entidade financeira, consoante a modalidade da garantia, o recolhimento dos respectivos valores. De acordo com o Parquet, **esse recolhimento “não se confunde com o ato de comprovar documentalmente a prestação de garantia. O que a Lei impõe é que essa prova seja inserida nos documentos relativos à habilitação e não que a ação de recolhimento ocorra durante aquele momento.** Interessante observar que o próprio artigo 31 evidencia esse entendimento quando se refere à garantia de participação como um documento”. Acórdão nº 557/2010-Plenário, TC-013.864/2009-2, rel. Min. Raimundo Carreiro, 24.03.2010.

Além disso, a exigência de apresentação da documentação não ocorre antes da sessão pública do certame, e mesmo que ocorresse não haveria ilegalidade, já que estipular prazo para apresentação do comprovante de garantia da proposta é medida legal, desde que seja aceito a apresentação do comprovante até a data do certame.

*Fontes Q.*  
*95.*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXÂNIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SMA**  
**Comissão Permanente de Licitações – CPL**

Ressalta-se que licitante em momento algum buscou recolher a garantia exigida no edital na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Alexânia-GO.

Dessa forma, o argumento da Recorrente quanto a tal ponto não merece prosperar, pois segundo o artigo 43, I da Lei nº 8.666/93 e Acórdão nº 557/2010 - Plenário do Tribunal de Contas da União, tal exigência é legal..”

Analizadas as razões recursais, infere-se que de fato a Recorrente não cumpriu o requisito de habilitação estabelecido no item 6.1.1.4.3., já que não apresentou a guia de recolhimento de garantia de participação na licitação no valor de R\$ 109.355,93 (cento e nove mil trezentos e cinquenta e cinco reais e noventa e três centavos) que corresponde aproximadamente 1% do valor estimado da obra, **devendo ser recolhido na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Alexânia**. Entendemos que acatar as justificativas apresentadas pela Recorrente, violaria os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia entre os licitantes.

Dessa forma, a **Comissão Permanente de Licitação manifesta-se pelo conhecimento** do Recurso apresentado pela empresa EXCON PRÉ MOLDADOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 28.948.540/0001-10 e no mérito **pelo seu não provimento**, no sentido de manter a decisão de sua inabilitação exarada no dia 20 de junho de 2022.

É a decisão.

Encaminho os autos ao Gabinete do Prefeito para consideração superior, nos termos do art. 109, §4º, da Lei nº 8.666/93.

Alexânia/GO, 18 de julho de 2022.

KELLY CRISTINA MOREIRA DE MELO SANTOS  
Presidente CPL

ADRIANA DA SILVA LIMA SANTOS  
Membro

CRISTIANE BARBOSA FREIRE  
Membro





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXÂNIA**  
**GABINETE DO PREFEITO – GABIN**

**DECISÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2022**

**Processo nº: 1861/2022**

**Concorrência Pública nº: 001/2022**

**Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de galerias de águas pluviais, terraplanagem, pavimentação e sinalização de vias, no Setor Geraldo Jaime, no Município de Alexânia/GO**

Trata-se de recurso interposto, tempestivamente, pela licitante EXCON PRÉ MOLDADOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 28.948.540/0001-10, contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação que a inabilitou na licitação em epígrafe, no dia 20 de junho de 2022, interposto com fulcro no art. 109, inciso I, letra “a”, da Lei nº. 8.666/93.

A Comissão Permanente de Licitação-CPL realizou juízo prévio de admissibilidade positivo e no mérito manteve sua decisão, no sentido de manter a inabilitação da Recorrente. Encaminhando os autos devidamente informados para consideração superior.

É o breve relato.

Passo a decisão.

Considerando que a decisão de inabilitação exarada no dia 20 de junho de 2022, em razão da não apresentação da guia de recolhimento de garantia de participação na licitação, correspondente aproximadamente a 1% do valor estimado da obra, que deveria ter sido recolhida na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Alexânia, exigida no item 6.1.1.4.3. do Edital da Concorrência Pública nº 001/2022 foi correta e encontra-se em consonância com os comandos editalícios e normativos, conforme fundamentos normativos exarados no parecer da Assessoria Jurídica, que transcrevo abaixo:

**1. “DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

A Constituição da República Federativa do Brasil determina em seu art. 37 que a administração pública obedeça aos princípios da legalidade, impessoalidade,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXÂNIA**  
**GABINETE DO PREFEITO – GABIN**

moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput). Explicita a necessidade de observância desses princípios ao exigir que as obras, serviços, compras e alienações sejam contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições entre todos os concorrentes (art. 37, inciso XXI).

Nesse sentido, veio a legislação regulamentadora (Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002), que dentre as principais garantias, trouxe a obrigatoriedade da vinculação da Administração ao edital que regulamenta o certame licitatório.

Trata-se de uma segurança para o licitante e para a Administração Pública, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação.

Passemos a análise dos pontos debatidos no recurso da licitante.

**1.1. Exigência de apresentação de guia de recolhimento de garantia de participação na licitação, correspondente a aproximadamente a 1% do valor estimado da obra, devendo ser recolhido na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Alexânia**

O item 6.1.1.4. do edital traz a documentação exigida para fins de qualificação econômico-financeira, vejamos:

6.1.1.4. Qualificação Econômico-Financeira:

6.1.1.4.1. Para fins de Qualificação Econômico-Financeira será exigida:

6.1.1.4.2. Certidão Negativa de Falência expedida pelo Distribuidor da sede da Licitante, em data não anterior a 30 (trinta) dias da data da entrega das propostas, salvo previsão expressa de prazo de validade.

6.1.1.4.3. Guia de recolhimento de garantia de participação na licitação no valor de R\$ 89.717,61 (oitenta e nove mil, setecentos e dezessete reais e sessenta e um centavos) que corresponde aproximadamente a 1% do valor estimado da obra, devendo ser recolhido na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Alexânia/GO.

6.1.1.4.3.1. A licitante poderá optar por uma das seguintes modalidades para recolher a garantia prevista no item anterior, conforme art. 51, §1º, da Lei nº 8.666/93:

a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

b) Seguro-garantia; ou

c) Fiança bancária.

A Recorrente aduz que a exigência da comprovação da prestação de garantia antes da sessão pública do certame seria ilegal, por se tratar de excesso de formalismo, o que seria o caso nesse certame licitatório, já que o município exigiu a apresentação da garantia junto a tesouraria municipal.

Infere-se, pela análise dos autos, que a Recorrente foi inabilitada no certame por não apresentar a guia de recolhimento de garantia de participação na licitação, correspondente a aproximadamente a 1% do valor estimado da obra, recolhida na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Alexânia.

Pois bem.

A licitante não apresentou documento específico exigido na fase de habilitação, não havendo que se falar em exigência ilegal, ao contrário do que quer fazer crer a Recorrente, já que a própria Lei de Licitações, em seu art. 43, I leciona que “a garantia da proposta, obrigatoriamente, **deve ser um documento inserido dentro do envelope de habilitação**, o qual só pode ser conhecido após a abertura do referido envelope.”

A exigência de comprovante emitido pela tesouraria municipal não perfaz ilegalidade, já que comprovar documentalmente a prestação de garantia não se confunde com a ação de recolhimento da mesma, conforme infere-se do Acórdão nº 557/2010 - Plenário do Tribunal de Contas da União que analisou questão idêntica, vejamos:

**Momento adequado para o recolhimento da garantia de participação na licitação**

Em seu voto, o relator acompanhou a manifestação do Ministério Público junto ao TCU, que considerou não haver ilegalidade no edital-padrão do Dnit, uma vez que, para os licitantes serem capazes de comprovar o recolhimento da garantia, faz-se





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXÂNIA**  
**GABINETE DO PREFEITO – GABIN**

necessário que, antecipadamente, adotem as medidas pertinentes para viabilizar, junto a uma agência bancária ou entidade financeira, consoante a modalidade da garantia, o recolhimento dos respectivos valores. De acordo com o Parquet, **esse recolhimento “não se confunde com o ato de comprovar documentalmente a prestação de garantia. O que a Lei impõe é que essa prova seja inserida nos documentos relativos à habilitação e não que a ação de recolhimento ocorra durante aquele momento.** Interessante observar que o próprio artigo 31 evidencia esse entendimento quando se refere à garantia de participação como um documento”. Acórdão nº 557/2010-Plenário, TC-013.864/2009-2, rel. Min. Raimundo Carreiro, 24.03.2010.

Além disso, a exigência de apresentação da documentação não ocorre antes da sessão pública do certame, e mesmo que ocorresse não haveria ilegalidade, já que estipular prazo para apresentação do comprovante de garantia da proposta é medida legal, desde que seja aceito a apresentação do comprovante até a data do certame.

Ressalta-se que licitante em momento algum buscou recolher a garantia exigida no edital na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Alexânia-GO.

Dessa forma, o argumento da Recorrente quanto a tal ponto não merece prosperar, pois segundo o artigo 43, I da Lei nº 8.666/93 e Acórdão nº 557/2010 - Plenário do Tribunal de Contas da União, tal exigência é legal..”

Dessa forma, acolho os argumentos exarados no parecer jurídico, os quais ratifico em sua integralidade como razão de decidir, entendo que o desprovimento do recurso interposto é a decisão correta a ser adotada.

Dessa forma, CONHEÇO do Recurso apresentado pela empresa EXCON PRÉ MOLDADOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 28.948.540/0001-10 e no mérito nego-lhe PROVIMENTO, no sentido de manter a decisão de inabilitação da Comissão Permanente de Licitação - CPL exarada no dia 20 de junho de 2022 na Concorrência Pública nº 001/2022.

É a decisão.

**ALLYSSON SILVA LIMA**  
**Prefeito do Município de Alexânia**